

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL  
UNIDADE EM CACHOEIRA DO SUL  
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM AGRONOMIA**

**ALEX WEGNER**

**PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE  
CANDELÁRIA - RS**

**CACHOEIRA DO SUL - RS**

**2023**

**ALEX WEGNER**

**PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE  
CANDELÁRIA - RS**

Trabalho de Conclusão do Curso de  
Agronomia da Universidade Estadual do  
Rio Grande do Sul Unidade em Cachoeira  
do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Alberto E. Knies

**Cachoeira do Sul - RS**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

W412p

Wegner, Alex.

Perfil dos estabelecimento rurais do município de Candelária - RS. / Alex Wegner. – Cachoeira do Sul, 2023.

37 f.; il.; color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Bacharelado em Agronomia, Unidade Universitária em Cachoeira do Sul, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Alberto E. Knies

1. Propriedades rurais. 2. Perfil socioeconômico rural. 3. Diagnóstico rural. I. Knies, Alberto E. II. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Bacharelado em Agronomia, Unidade Universitária em Cachoeira do Sul. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Lucy Anne R. de Oliveira - CRB10/1545.

**ALEX WEGNER**

**PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE  
CANDELÁRIA - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção de título de Bacharel em Agronomia  
na Universidade Estadual do Rio Grande do  
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Eduardo Knies

Aprovada em: 15 / 12 / 2023

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Orientador: Prof. Dr. Alberto Eduardo Knies  
Uergs Unidade em Cachoeira do Sul



---

Prof. Dr. José Antônio Kroeff Schmitz  
Uergs Unidade em Santa Cruz do Sul



---

Engenheiro Agrônomo Romeu Fabio Wyzykowski  
Consultoria Agrícola

## RESUMO

### PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA - RS

Estudante: Alex Wegner

Orientador: Prof. Dr. Alberto Eduardo Knies

O conhecimento do perfil dos estabelecimentos rurais de um município é fundamental para orientar a construção de políticas públicas. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi identificar o perfil dos estabelecimentos rurais do município de Candelária - RS, considerando principalmente os dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. Foram analisadas variáveis dos estabelecimentos rurais, como o número de estabelecimentos rurais, a classificação como familiar ou patronal, participação das mulheres na administração dos estabelecimentos, tamanho dos estabelecimentos rurais, idade dos administradores dos estabelecimentos, acesso a financiamentos, a origem da renda dos estabelecimentos, origem da orientação técnica, principais despesas, quantidade de tratores e a evolução das principais atividades agrícolas. Foi possível identificar a diminuição no número de estabelecimentos rurais, o aumento da área dos estabelecimentos, o envelhecimento dos agricultores, a expansão do cultivo da soja e o declínio do cultivo de outras culturas, o aumento do número de estabelecimentos administrados por mulheres, o aumento do número de estabelecimentos classificados como empresariais, o déficit na assistência técnica e uma tendência para a mecanização dos estabelecimentos. O que deve ser trabalhado no município de Candelária é a sucessão familiar dos estabelecimentos rurais, e a implantação de iniciativas que promovam a assistência técnica contínua e gratuita aos estabelecimentos rurais, de forma que possamos ter uma agricultura e propriedades longevas e prósperas, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

**Palavras-chave:** propriedades rurais, perfil dos produtores, diagnóstico rural.

## **ABSTRACT**

### **THE PROFILE OF RURAL ESTABLISHMENTS IN THE MUNICIPALITY OF CANDELÁRIA - RS**

Student: Alex Wegner

Advisor: Prof. Dr. Alberto Eduardo Knies

Knowledge of the profile of rural establishments in a municipality is essential to guide the construction of public policies. Therefore, the objective of this work was to identify the profile of rural establishments in the municipality of Candelária - RS, considering mainly data from the 2006 and 2017 Agricultural Censuses. Variations in rural establishments were highlighted, such as the number of rural establishments, classification as family or employer, participation of women in the administration of establishments, size of rural establishments, age of establishment administrators, access to financing, source of income from establishments, origin of technical guidance, main expenses, number of tractors and the evolution of main activities agricultural. It was possible to identify the reduction in the number of rural establishments, the increase in the area of establishments, the aging of farmers, the expansion of soybean cultivation and the decline in the cultivation of other crops, the increase in the number of establishments managed by women, the increase the number of establishments classified as business, the deficit in technical assistance and a tendency towards the mechanization of establishments. What must be worked on in the municipality of Candelária is a family succession of rural establishments, and the implementation of initiatives that promote continuous and free technical assistance to rural establishments, so that we can have long and prosperous agriculture and properties, with economic sustainability , social and environmental.

**Key words:** rural properties, profile of producers, rural diagnosis.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>9</b>
2.1 BREVE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA-RS .....	9
2.2 OS CENSOS E DEFINIÇÕES CONCEITUAIS .....	10
2.3 ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	12
<b>3. OBJETIVOS.....</b>	<b>14</b>
3.1 OBJETIVO GERAL .....	14
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>15</b>
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Para conseguir entender como acontece o desenvolvimento de um território é preciso estudar o contexto histórico, bem como avaliar o perfil do capital social da região estudada e ainda entender os ativos territoriais e culturais deste território (GALLAS et al., 2018).

O censo do IBGE, tanto demográfico como agropecuário, é um importante banco de dados que permite analisar e caracterizar uma determinada área geográfica e sua população, bem como a suas atividades, ocupação, renda e qualidade de vida. É utilizado comumente para que a administração pública planeje políticas públicas para o desenvolvimento de um determinado território e suas peculiaridades bem como para estudos academicos (IBGE, 2017).

Os resultados de pesquisas quantitativas auxiliam no planejamento de ações coletivas gerando resultados passíveis de ser utilizados em toda a população, principalmente quando as populações pesquisadas representam com fidelidade o coletivo (BASTOS; KELLER, 1999). Os mesmos autores complementam que, em pesquisas quantitativas, é importante formatar as variáveis que poderão ser medidas para que estes dados possam ser utilizados com precisão.

Este estudo visa elucidar o perfil dos estabelecimentos rurais do município de Candelária, por não haver nenhum estudo como o proposto e a escassez de estudos voltados para a temática do desenvolvimento rural no município de Candelária. Diante disso, este estudo, de forma sucinta vem analisar resultados significativos que poderão orientar a construção de políticas públicas locais, a partir dos resultados que aqui serão apresentados no decorrer do trabalho.

Assim, este trabalho visa abrir uma reflexão acerca de novas perspectivas de crescimento econômico sustentável da população rural. Ao mesmo tempo investiga as iniciativas utilizadas pelos estabelecimentos rurais que possibilitaram e que ainda contribuem para o desenvolvimento e a manutenção destas pequenas propriedades e nesse sentido, um estudo dessas alternativas, pode apontar caminhos para o desenvolvimento de políticas públicas locais de combate ao êxodo rural e promoção da agricultura familiar como meio de sobrevivência para os jovens, promovendo, dessa forma, a sucessão familiar no município de Candelária.

A partir dos anos 2000 ocorreram muitas mudanças no cenário do país e as discussões sobre desenvolvimento rural assumiram formas inteiramente diferentes, influenciadas pelas transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade. Assim, também neste período, as políticas de Estado foram direcionadas para a agricultura familiar, a reforma agrária, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros (BRACAGIOLI, 2014).

Diante da importância do setor agrícola para a economia do município de Candelária, faz-se necessária uma análise para conhecer um pouco sobre o perfil destes estabelecimentos, compreender como estão distribuídos, como são geridos, assimilar sobre a sua transformação. O estudo foi elaborado com o objetivo de identificar características dos estabelecimentos rurais do município de Candelária, através de uma análise comparativa realizada entre os dados disponíveis no Censo Agropecuário dos anos de 2006 e 2017, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE 2017).

A partir da análise histórica, é possível identificar qual a habilidade agrícola que se construiu durante a história do município e o que está consolidado até os dias atuais, que são o cultivo do tabaco, a produção de grãos (arroz, soja, milho e trigo), a pecuária e a produção de alimentos para a subsistência.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 BREVE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA-RS

A história do território de Candelária vem descrita desde o Brasil colonial, quando a região pertencia à Espanha. Em 1663, foi formada uma redução jesuítica espanhola chamada Redução Jesus-Maria no lugar hoje denominado Trincheira, na localidade de Linha Curitiba, a cerca de 3,5 km do centro da cidade de Candelária, nas proximidades do Morro Botucaraí. Lá viveram mais de 10 mil índios da nação Tupi-Guarani, que se dedicavam à agricultura, cultivando vários produtos (trigo, milho, mandioca, etc.) e possuíam grandes rebanhos de bovinos, suínos e ovinos, dos quais provinha toda a alimentação da redução. Mas foram derrotados pelos bandeirantes, que dizimaram a redução (Ribeiro et al., 1976).

Mais tarde, com o tratado de Madri, se inicia a fase Portuguesa com a constituição de Rio Pardo, município mãe da região, e o território foi distribuído, pelo processo de concessões de sesmarias, a elementos luso-brasileiros e portugueses (açorianos) a partir de 1798, em razão da abertura da estrada do Botucaraí, que passava pela atual Avenida Getúlio Vargas e pela Avenida Pereira Rêgo. Inclusive foi nesta época que aconteceu a construção da Ponte do Império, localizada na localidade de Alto Passa Sete, interior do município, que permitiu o acesso à região do Planalto, abrindo uma rota de comércio utilizado pelos tropeiros que lançou base para a atual cidade de Candelária (IBGE CIDADES, 2023).

Já a partir de 1824, chegaram os primeiros colonos alemães na Colônia de São Leopoldo e, posteriormente, em 1849, à Colônia Santa Cruz, o que intensificou a colonização da região. A partir de 1875, chegaram também os imigrantes italianos que trouxeram em suas bagagens suas culturas, seus costumes e seus hábitos (SIMON, 2014).

No período colonial, a agricultura das colônias do Rio Grande do Sul foi uma importante produtora de alimentos para o centro do país, transportada pelos tropeiros na época. Entre os gêneros agrícolas mais comercializados estavam o milho, o feijão, a batata, a mandioca, o trigo, o toucinho e a banha (PESAVENTO, 1997; SCHNEIDER, 1999).

O cultivo do tabaco, cultura esta que envolve grande parte da população rural do município, tem uma relação com o processo de colonização com imigrantes europeus na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. A fumicultura adaptou-se muito bem nos municípios que tiveram no seu território ou que surgiram em decorrência das colonizações alemã, italiana e polonesa, pois esses imigrantes já tinham conhecimento da atividade, trazendo esta experiência da Europa (PESAVENTO, 1997).

Apesar de Candelária constar como uma região de colonização alemã, é possível observar uma miscigenação de etnias, o que pode ser constatado no Censo de 2017, no qual 12,31 % da população se autodeclara negra ou parda (ATLAS BRASIL, 2020).

Segundo Pesavento (1997) e Schneider (1999), todas as etnias colaboraram com a dinâmica dos sistemas agrários, que se iniciou com os espanhóis e as reduções jesuíticas que iniciaram a pecuária no Sul do país, e os portugueses luso brasileiros e açorianos (da Ilha de Açores de domínio Português) que iniciaram a produção de grãos (trigo e arroz) e, mais tarde, as colonizações alemã, italiana e polonesa, que trouxeram consigo a produção de alimentos e o tabaco (que atualmente é uma das atividades agrícolas com maior arrecadação do município). Apesar do tabaco ter sua origem na América do sul, utilizada pelos índios. Em 1530, plantas de tabaco teriam sido levadas para a Europa e cultivadas pela família real portuguesa por seu aspecto ornamental e por sua função medicinal. Em 1560, o então Embaixador da França em Portugal, Jean Nicot, enviou para sua rainha, em Paris, Catherina de Medicis, plantas de tabaco e está teria iniciado o hábito de pitar, sendo imitada pelos nobres da sua corte, difundindo-se pelos demais países da Europa (BORGES E SILVA, 2011)

## 2.2 OS CENSOS E DEFINIÇÕES CONCEITUAIS

A história do censo é muito antiga, com relatos de censos antes de 2200 AC na China e no Egito. No Brasil, o primeiro censo ocorreu em 1872, o qual recebeu o nome de Recenseamento da População do Império do Brasil. Depois deste, e até 1940, novas operações censitárias sucederam-se em 1890, 1900 e 1920. Em 1910 e em 1930 não foram realizados recenseamentos, mas em 1936 foi criado o IBGE que implantou a periodicidade decenal dos censos demográficos, onde foram inseridos questionários temáticos e quesitos de interesse econômico e social, tais como os de

mão-de-obra, emprego, desemprego, rendimento, fecundidade, migrações internas, dentre outros temas (IBGE, 2010).

A palavra “censo” origina-se do latim *census*, que quer dizer “conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação, etc.” (IBGE, 2010).

Segundo Pera e Bueno (2016) o que define um setor censitário como urbano ou rural é sua posição em relação ao perímetro urbano contido na legislação urbanística municipal, e assim, o censo não leva em consideração que o indivíduo, mesmo residindo no interior, exerça atividade na área urbana ou vice versa.

Segundo Waquil (2016), o território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, o ambiente, a cultura, a política e as instituições, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Haesbaert (2007) defende uma perspectiva integradora e relacional sobre território, considerando que as relações sócio-históricas ocorrem no espaço em um determinado tempo, sendo o território fruto de uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material. Segundo essa perspectiva, é possível entender o território como movimento, fluidez, interconexão, dando origem a processos que conectam ou desconectam tal território.

Saquet e Briskievicz (2009) definem território como um recorte do espaço geográfico definido por e a partir de relações de poder, controle, apropriação e uso, sendo que essas relações são definidas em termos políticos e político-institucionais, econômicos e socioeconômicos, culturais e simbólico-imateriais.

Estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção dedicada, totalmente ou parcialmente, a atividade agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: ao do produtor ou a do administrador, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para consumo próprio e ou para venda. (Censo Agro 2017)

## 2.3 ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No ano de 1996, ocorreu o surgimento de um dos programas mais importantes do país para financiamento em territórios rurais, chamado de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Para os autores Grisa e Schneider (2015), o PRONAF constituiu-se em uma política pública de referência no território nacional.

No ano de 2006, foi constituída a Lei N° 11.326 da Política Nacional da Agricultura Familiar, definindo os critérios para enquadramento na definição de “agricultor familiar”, tendo que ser aquele que desenvolve práticas no meio rural em até quatro módulos fiscais, com uso predominante de mão de obra familiar e renda vinculada à propriedade rural (BRASIL, 2006). Sendo assim, esta política exerce uma função de contribuir com a destinação de recursos financeiros, a partir de linhas de crédito, em que isso só é possível por meio da comprovação do CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), que anteriormente era DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), e que a principal justificativa para a mudança é que a emissão do documento não será mais pelo Manual de Crédito Rural (MCR), e sim baseado na lei que institui a regulamentação da agricultura familiar (BRASIL, 2023).

Segundo Abramovay e Veiga (1999), a agricultura familiar é definida como aquela atividade agrícola que tem a mão de obra familiar, ou seja, o desenvolvimento do trabalho está diretamente associado à família. Essa forma de agricultura tem semelhança ao campesinato, tendo em vista as semelhanças das características sociais, históricas e tradicionais (WANDERLEY, 2001). Também o fato de a produção dentro da propriedade rural ter a destinação tanto para o consumo próprio quanto para comercialização.

No mesmo contexto surge a nova configuração do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que estabelece que, no mínimo, 30% do valor dos recursos federais a ele destinados e repassados pelo FNDE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades rurais (Brasil 2009). Segundo Bittencourt (2007), o PNAE é um importante programa que, além de melhorar a qualidade da alimentação escolar, respeita a cultura e as tradições locais, forma hábitos alimentares saudáveis e cria um mercado para os agricultores familiares que têm a garantia de compra de sua produção, gerando assim emprego e

renda a partir de seus sistemas agrícolas diversificados.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e é uma política pública como foco central no incentivo à agricultura familiar e o combate à insegurança alimentar e nutricional (OLIVEIRA, ABRANCHES, LANA, 2020). Segundo Almeida et al. (2020), o Programa de Aquisição de Alimentos é estratégico para o enfrentamento à miséria e no combate à fome de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, estes alimentos são adquiridos dos agricultores familiares que fazem o escoamento da produção, o que promove estruturação de cadeias produtivas, acesso a novos mercados e indução ao dinamismo econômico

Segundo Rover e Munarini (2010), o Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR) é um importante programa governamental que tem por finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, organizados sob a forma coletiva, por intermédio de uma entidade organizadora, geralmente uma cooperativa de habitação. Segundo os mesmos autores, o acesso a condições de moradia é um fator de melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras, podendo causar um impacto positivo sobre dinâmicas de desenvolvimento rural, provocando um forte efeito na autoestima das famílias, o que fortalece o desejo da família permanecer no espaço rural e os filhos continuarem nas propriedades rurais.

Outro programa governamental que foi reativado nos últimos anos foi o Programa Nacional de Crédito Fundiário, o antigo programa Banco da Terra, que atualmente se chama Programa Terra Brasil, que tem a finalidade de financiar a aquisição de terras. Neste contexto, as atuais políticas fundiárias precisam ampliar o acesso à terra e promover um reordenamento fundiário que recomponha as propriedades a um módulo mínimo, a fim de permitir melhores condições para a reprodução social dos seus titulares, ou seja, de um lado, a existência de uma demanda pelo acesso à terra, principalmente por parte das populações mais jovens e, de outro lado, a existência de propriedades abandonadas (MAIA et al., 2018).

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Descrever o perfil dos estabelecimentos rurais do município de Candelária -RS.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Analisar dados estatísticos de Candelária- RS e descrever o perfil dos estabelecimentos rurais do município, de forma que estas informações possam servir de parâmetros para o planejamento e a adoção de políticas públicas voltadas ao setor rural do município.

## 4. METODOLOGIA

Para realização do presente trabalho, foi escolhido o município brasileiro de Candelária, localizado na Região Central do estado do Rio Grande do Sul, sendo realizada a coleta de dados sobre o setor agropecuário do município, disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), considerando principalmente os dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017 e também em diversas outras fontes e autores.

Foram analisadas as variáveis dos estabelecimentos rurais como: número de estabelecimentos rurais e a classificação como familiar ou patronal, participação das mulheres na administração de estabelecimentos, tamanho dos estabelecimentos rurais, idade dos administradores dos estabelecimentos, acesso a financiamentos, a origem da renda dos estabelecimentos, origem da orientação técnica das propriedades, principais despesas, quantidade de tratores e a evolução das principais atividades agrícolas com maior valor adicionado (VAB).

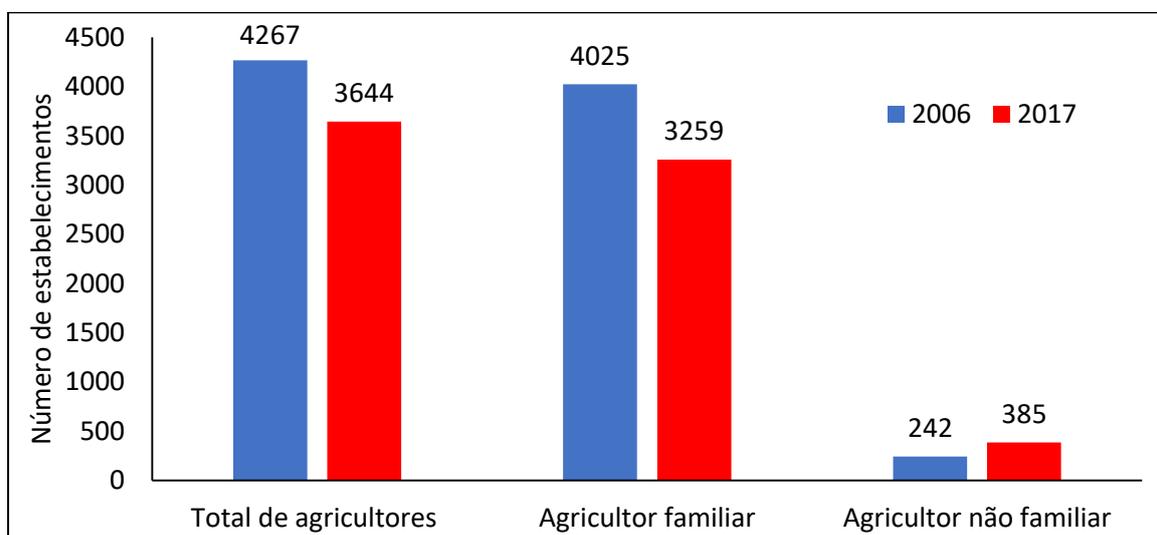
Os dados analisados foram da plataforma dos Censos Agropecuários do IBGE 2006 e 2017, os quais foram organizados em planilhas no programa Excel. Os dados foram compilados de forma quantitativa, representados numericamente e, a partir disto, foram organizados em gráficos, para facilitar a interpretação, e ao mesmo tempo. A partir da análise gráfica dos resultados, realizou-se a pesquisa bibliográfica e, por fim, foram redigidas as discussões para os resultados encontrados.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Candelária tem uma população de 29.906 habitantes, segundo o censo demográfico de 2022, com um decréscimo de 1,72% desde o censo de 2010, apresentando mudanças significativas nas formas de ocupação do espaço, o que leva a crer que a população rural também vem diminuindo através da observação de muitas propriedades com casas abandonadas nas áreas rurais do município, bem como pode se constatar uma expressiva população que tem sua residência nas áreas rurais do município e trabalham nas indústrias da região e que tem a atividade agrícola como uma segunda renda ou uma agricultura para autoconsumo.

Na figura 1, são apresentados dados sobre o número de estabelecimentos rurais do município de Candelária. No censo agropecuário de 2017, contabilizou-se 3.644 estabelecimentos rurais, com uma redução de 14,6% em relação ao censo agropecuário de 2006. Também, pode-se perceber uma redução do número de estabelecimentos com agricultura familiar, que teve uma redução de 19,03%, ou seja, menos 766 propriedades, restando 3.259 propriedades consideradas com de agricultura familiar em 2017. Por outro lado, houve um aumento de 59% no número de estabelecimentos considerados não familiares, saindo de 242 para 385 estabelecimentos.

Figura 1. Número de propriedades rurais no município de Candelária-RS nos anos 2006 e 2017 e sua classificação como familiar ou não familiar.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados obtidos do IBGE - SIDRA 2006 e 2017.

Pode-se observar o declínio do número de estabelecimentos rurais do município de Candelária, o que pode estar ligado a mudanças na metodologia adotadas pelo IBGE, em especial em relação ao conceito de estabelecimento, desconsiderando arrendamentos e parcerias.

No Censo de 2017, foi considerado como um único estabelecimento as áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor, situadas no mesmo município que utilizasse os mesmos recursos técnicos e humanos e com uma única administração. No Censo 2006, as áreas não contínuas do estabelecimento que estivessem situadas em setores censitários diferentes foram admitidas como estabelecimentos distintos (BIANCHINI; BAZOTTI, 2020).

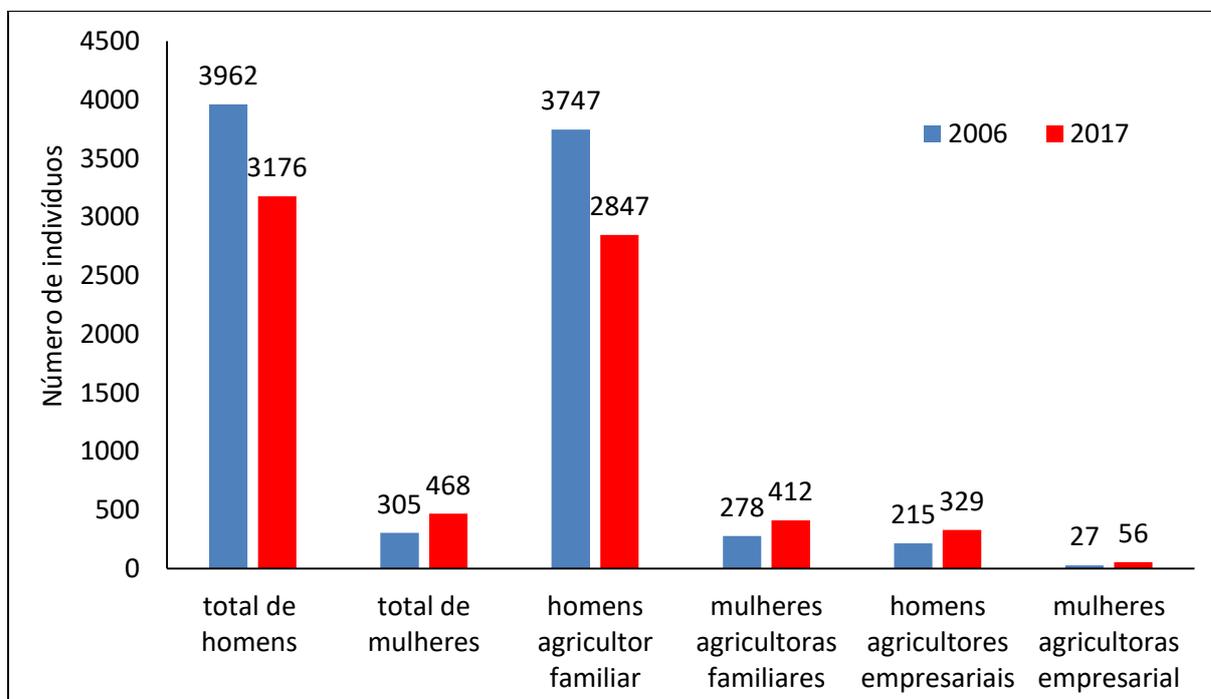
Outro fato relevante que podemos citar e que pode ter interferido no aumento dos estabelecimentos rurais patronais e na diminuição de estabelecimentos de agricultores familiares do município de Candelária é o avanço no cultivo da soja. Segundo Liszbinski et al. (2021), os agricultores patronais vêm incorporando propriedades rurais através da compra ou do arrendamento de outras propriedades para aumentarem sua área de cultivo, sendo uma das hipótese para que haja abandono da produção pelos pequenos produtores e consequente êxodo rural.

Por outro lado, Veiga (2001) considera o desenvolvimento das cidades e a modernização dos estabelecimentos rurais de determinada região, onde a capacidade dos estabelecimentos em gerar riquezas através da diversidade de produção pode influenciar em processo de urbanização da população em seu entorno, desenvolvendo empresas de serviços e o comércio local, o que traz mais oportunidades de emprego, que, por sua vez, vai buscar mão de obra e, assim, acontece o êxodo rural para a área urbana, o que desencadeia o desenvolvimento local.

Conforme a figura 2, a maioria dos estabelecimentos rurais é gerida por homens, mas já é visível o aumento da participação das mulheres na administração dos estabelecimentos rurais do município. Em 2006, eram 7,14% de estabelecimentos geridos por mulheres e, em 2017, este percentual aumentou para 12,84%. Portanto mesmo que o percentual de mulheres na administração das propriedades ainda é pequeno o aumento foi bastante significativo pois houve um aumento de 5,7 % entre os censos 2006 e 2017. O Censo Agropecuário de 2017 demonstra que a gestão realizada por mulheres em estabelecimentos rurais no Brasil tem um índice de 18,66%, no Rio Grande do Sul, de 12,03% e no município de Candelária, como já

descrito, é de 12,84%. Realizando um comparativo, está muito abaixo da média nacional e um pouco acima da média estadual.

Figura 2. Comparativo entre os sexos dos gestores das propriedades rurais segundo os censos 2006 e 2017 no município de Candelária/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados obtidos do IBGE - SIDRA 2006 e 2017.

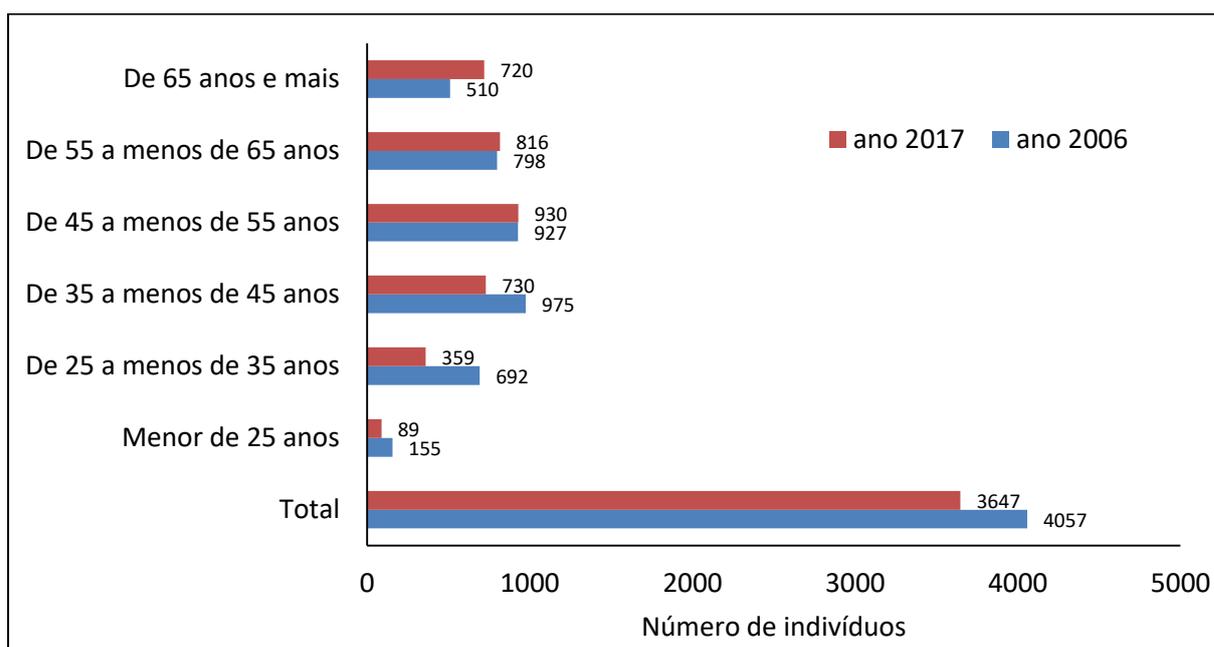
Segundo Souza e Guedes (2016), o desafio de comandar uma propriedade rural é muito maior para as mulheres porque elas assumem a maternidade e a criação dos filhos e na maioria das vezes todas as funções domésticas. Mesmo quando não são as gestoras formalmente, muitas vezes são as que resolvem problemas de nível gerencial. No entanto, analisar o papel da mulher apenas baseado em dados estatísticos é diminuir o papel social que a mulher vem construindo, através da agregação de valor e qualidade dos produtos do agronegócio.

São diversas as transformações estruturais de natureza cultural e social ocorridas ao longo das últimas décadas na sociedade brasileira que promoveram o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, podendo estar relacionado com o fato de avanço acadêmico feminino ser superior ao dos homens, pois uma em cada quatro mulheres têm formação superior, enquanto os homens são um a cada cinco e, cada vez mais, o setor vem vislumbrando a entrada de novas tecnologias que necessitam de pessoas mais capacitadas (BARROS et al., 2018).

Uma outra questão fundamental é entender a idade dos gestores dos estabelecimentos rurais, cujas informações descrevem um grau de envelhecimento, sendo que os gestores com idade acima de 65 anos eram 12,8% em 2006 e, em 2017, passaram a ser 19%. Outra questão é o reduzido número de jovens gestores de propriedades, que, em 2006, eram 155 e, em 2017, são apenas 89. Já no cenário brasileiro, em 2006, eram 17,5% de pessoas com mais 65 anos da população do campo e, em 2017, esse grupo gira em torno de 21,4%. Então, o envelhecimento da população rural no município está um pouco abaixo da média nacional, mas é perceptível o envelhecimento dos gestores das propriedades rurais e, assim, pode-se prever uma tendência de diminuição do número de propriedades rurais ativas.

Para conceituar jovem o Brasil utiliza o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos. Mas esta questão é bastante discutida em vários autores que divergem em diversos critérios cronológicos para delimitar ou caracterizar a juventude pois estudos sociais consideram as diferenças entre idade biológica e idade social. Mas para o estudo do caso se mostra conveniente a delimitação de idade cronológica para a definição de juventude apesar de ser deficiente e arbitrária, (WEISHEIMER, 2007).

Figura 3. Comparativo da idade de quem conduz o estabelecimento rural no município de Candelária/RS a partir dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados obtidos do IBGE - SIDRA 2006 e 2017.

De acordo com Maia (2014), a redução da população rural está relacionada com a queda da taxa de fecundidade entre as mulheres do campo, e a incidência de casais sem filhos, além do êxodo seletivo, em que saem mais jovens do sexo feminino comparativamente ao masculino (IBGE, 2023). Também, houve um aumento no número de idosos no meio rural brasileiro, contabilizando um aumento de pessoas acima de 60 anos equivalente a mais de 51,9% (IBGE, 2023). Para Jahn (2013), para definir idoso ou velho não se deve levar em conta apenas os aspectos biológicos ou cronológicos, mas também as condições sociais de cada um, ou seja, cada vez mais pessoas com idade maiores continuam no mercado de trabalho, sendo que na agricultura não é diferente. No Brasil, são consideradas idosas, segundo o Estatuto do Idoso, as pessoas com 60 anos ou mais (Brasil 2003).

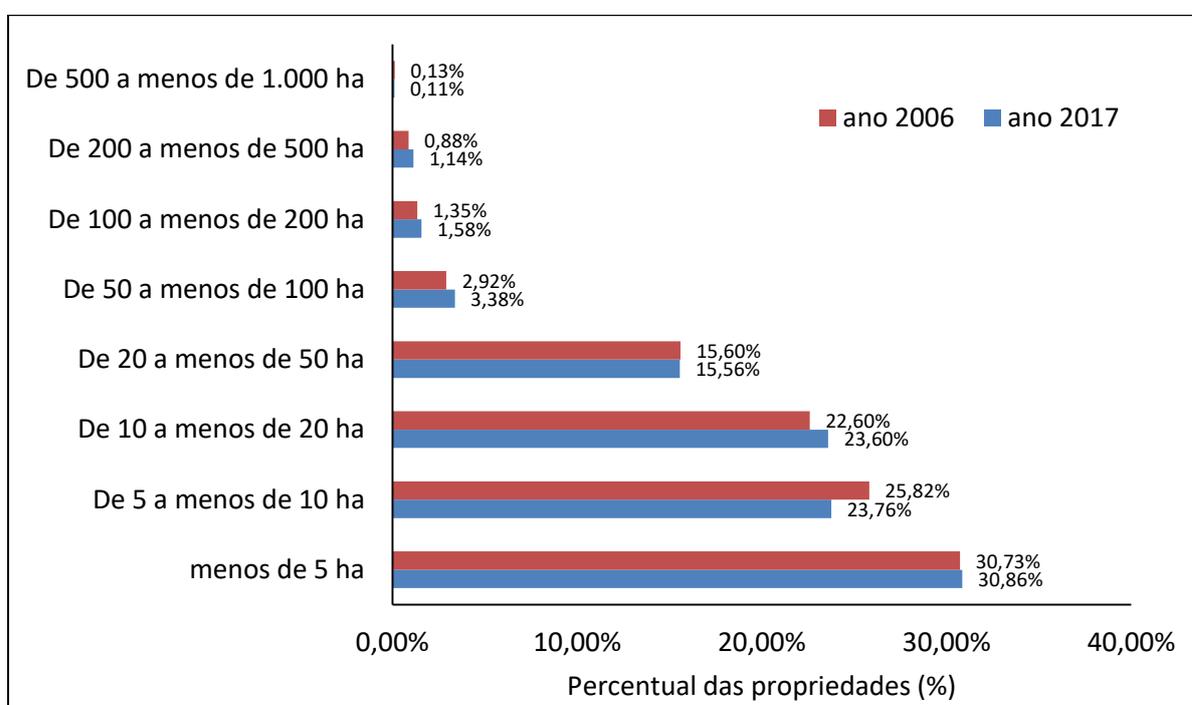
A partir do cenário apresentado, é inevitável falar de sucessão rural, que é pouco trabalhada pelos gestores dos estabelecimentos rurais, pois, muitas vezes, não formulam oportunidades aos sucessores para poderem estar participando das decisões das propriedades e de terem sua própria geração de renda, assim não os motivando a permanecer nas propriedades (BRIZOLLA et al., 2020). O processo de sucessão familiar é um processo natural, mas, atualmente, é necessário repensar tal situação, pois a sucessão da agricultura familiar envolve mais do que a continuidade das propriedades, mas também o desenvolvimento e o destino de várias regiões, devido ao forte papel social e cultural desempenhado pela agricultura familiar (STUANI et al., 2016). Assim, serão necessárias a diversificação de culturas e as atividades agrícolas. Bem como a agregação de valor da produção e do saber fazer da propriedade que tragam maior lucratividade aos estabelecimentos rurais e que viabilizem a permanência do jovem no campo, para que haja a renovação de pessoas no meio rural (EMBRAPA, 2017).

Pode ser visualizado na figura 4, que o tamanho médio dos estabelecimentos rurais de Candelária teve um leve aumento, o que pode ter ocorrido pela incorporação de áreas menores, pois houve um declínio de 623 estabelecimentos no censo agropecuário de 2017 em relação ao censo agropecuário de 2006. Ao mesmo tempo, diminuíram as propriedades que tinham de 5 a 10 ha, e aumentaram as propriedades com 10 a 20 ha e, também, houve um leve aumento no número de estabelecimentos de 50 a 100 ha, de 100 a 200 ha e de 200 a 500 ha.

Apesar de ter aumentado o tamanho dos estabelecimentos e diminuído o

número de estabelecimentos rurais do município, pode-se observar que mais de 31 % dos estabelecimentos possuem área menor de 5 ha e, 93,78 % das propriedades rurais possuem área igual ou menor que 50 ha, o que enquadra a grande maioria dos estabelecimentos como de agricultura familiar. Inclusive, esse percentual é ainda maior, levando em consideração que parte dos estabelecimentos com 50 a 100ha se enquadram também como agricultores familiares, pois o módulo rural de Candelária é 20 ha e, assim, para ser enquadrado como agricultor familiar, a propriedade pode possuir até 80 ha.

Figura 4. Percentual comparativo de estabelecimentos conforme o tamanho da área da propriedade no município de Candelária/RS a partir dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados obtidos do IBGE - SIDRA 2006 e 2017.

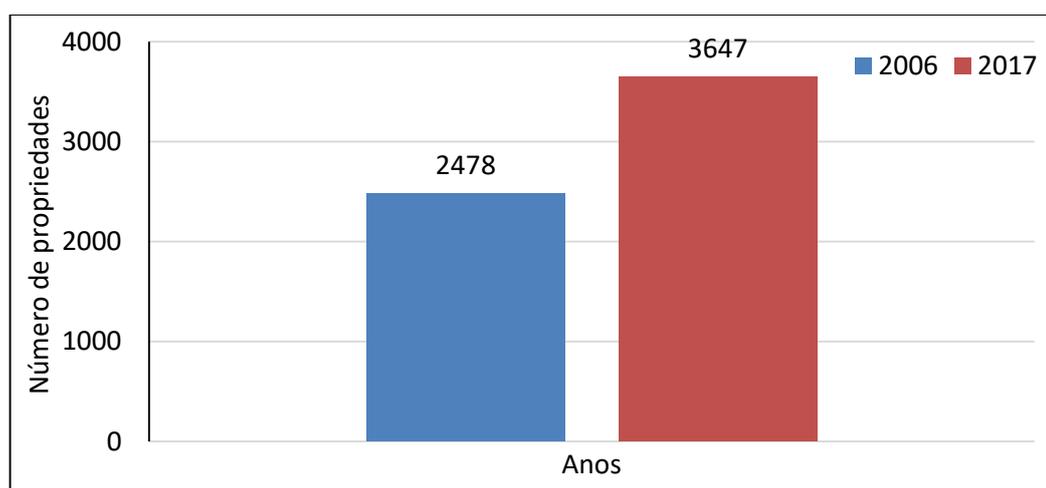
Por outro lado o percentual de propriedades maiores vem aumentando no município mesmo que em proporções pequenas elas representam uma extensa área de terras que podem ter absorvido um grande número de propriedades pequenas que vem confirmando o exodo rural do município.

Segundo Balsan (2006), a globalização da agricultura expôs o agricultor brasileiro à modernização da agricultura, a qual foi marcada por períodos de prosperidade advindos da exportação de determinados produtos, mas alguns estabelecimentos rurais que não conseguiram acompanhar tal desenvolvimento

elencado na utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos, e culturas agrícolas muito dependentes de insumos, por muitas vezes, degradaram o solo diminuindo assim a produtividade agrícola da propriedade e assim sem capacidade financeira para recuperação da capacidade produtiva com novos aportes de insumos, levados assim ao endividamento. Segundo este autor, este é o fato que explica o êxodo rural e, por outro lado, a concentração fundiária de certos estabelecimentos mais estruturados financeiramente.

Na figura 5, é possível observar o número de estabelecimentos rurais de agricultores familiares que acessam o Pronaf ou outro tipo de linha de crédito de programas governamentais. O número de estabelecimentos em 2006 foi um pouco maior de 50% e, em 2017, praticamente 100% dos estabelecimentos acessaram alguma linha do Pronaf. Segundo o Decreto federal nº 3.991/2001 o Pronaf foi formatado com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, desenvolvendo ações para o aumento da capacidade produtiva e a geração de empregos e renda e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares nas áreas rurais de todo país.

Figura 5. Comparativo do número de estabelecimentos que acessaram algum financiamento do Pronaf no município de Candelária/RS, de acordo com os Censos Agropecuários de 2006 e 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados obtidos do IBGE - SIDRA 2006 e 2017.

O PRONAF apoia as atividades agrícolas através da disponibilidade de financiamento para a aquisição de insumos, sementes, de recursos para o custeio das atividades de cultivo de milho, de arroz, feijão, olerícolas, ervas medicinais, bem como

o custeio de produtos da sociobiodiversidade, sistemas de produção de base agroecológica, sistemas orgânicos, bovinocultura de leite, avicultura de postura, aquicultura e pesca, extrativismo ecologicamente sustentável, investimento em moradias rurais, viveiro de mudas, turismo rural e artesanato (Brasil 2001) .

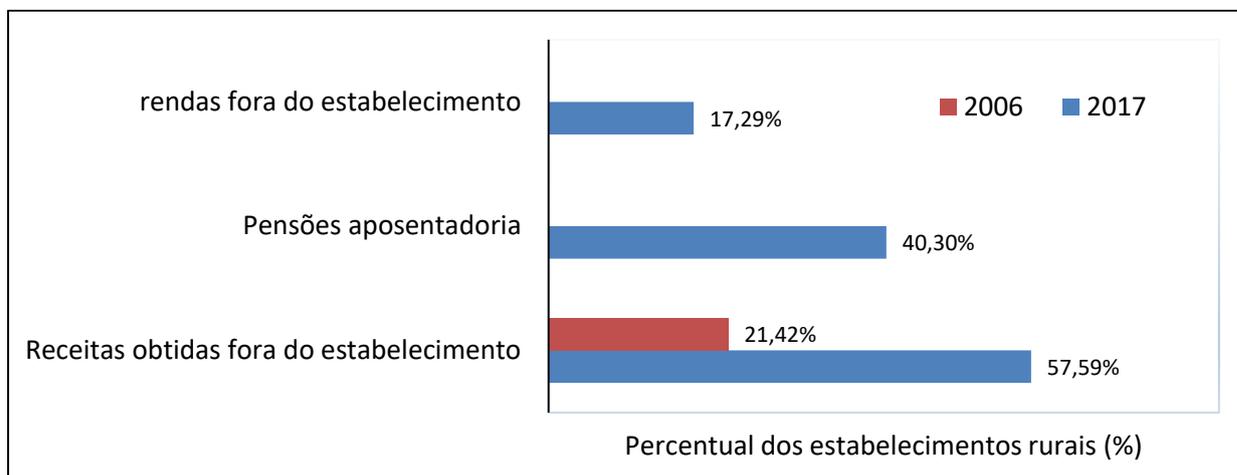
Segundo Grisa et al. ( 2014), o Pronaf apesar de ter um importante papel na política de desenvolvimento rural ainda precisa evoluir pois existem obstáculos burocráticos impostos pelo sistema bancário que dificultam o acesso de agricultores familiares com níveis de renda inferiores ou que apresentem projetos de financiamento não convencionais como: projetos de agroindustrialização, de produtos da sociobiodiversidade, sistemas de produção de base agroecológica, sistemas orgânicos, avicultura de postura, aquicultura e pesca, extrativismo ecologicamente sustentável, viveiro de mudas, turismo rural e artesanato. E muitas vezes também a assistência técnica e a extensão rural apresentam dificuldades ou não estão preparadas para trabalhar com os segmentos menos capitalizados ou com projetos não convencionais, prevalecendo interpretações setoriais e produtivistas que generalizam a agricultura familiar que é bastante diversificada e preferem trabalhar com produtores de commodities (principalmente milho, soja ).

Segundo Malysz e Chies (2012), as linhas de crédito disponibilizados pelo Pronaf são importantes ferramentas para o desenvolvimento rural dos municípios brasileiros, pois apresenta baixas taxas de juros, permitindo aos agricultores familiares melhorar a capacidade produtiva de seu estabelecimentos através da aquisição de equipamentos e insumos que trazem tecnologia e facilitam o trabalho nas propriedades. Ainda, segundo o mesmo autor, ao contratar o financiamento, o agricultor passa a estar coberto pelo seguro agrícola, que também é outra ferramenta importante para que o agricultor, em anos de frustrações de safras devido a alguma intempérie climática, não fique individado. Talvez este seja o motivo de que 100 % dos agricultores do município de Candelária operem com este programa, sendo uma importante ferramenta que auxilia a permanência dos agricultores familiares no campo.

No censo de 2006 apenas 21,42% dos estabelecimentos rurais do município de Candelária tinham alguma renda de fora do estabelecimento (figura 6). Já no censo de 2017, mais de 57,59 % dos estabelecimentos possuem rendas externas à produção agrícola, sendo que 40,3% dos estabelecimentos receberam pensões e aposentadorias e 17% realizaram outras atividades que trouxeram alguma renda de

fora da propriedade.

Figura 6. Percentual comparativo entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 dos estabelecimentos que obtiveram receitas fora da propriedade rural no município de Candelária/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados obtidos do IBGE - SIDRA 2006 e 2017.

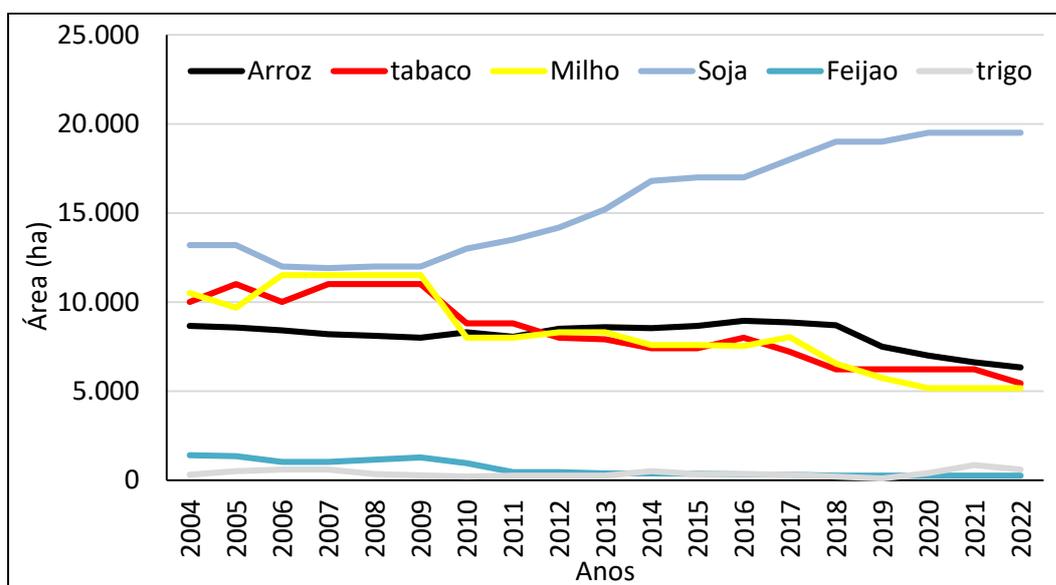
Sabendo que a maioria dos agricultores possui uma pequena quantidade de terras, fica evidente que muitos precisam unir atividades agrícolas e não agrícolas para aumentar seus rendimentos financeiros para o sustento da família. Segundo Miranda (2012), é visível a necessidade de maior integração entre as atividades agrícolas e não agrícolas, bem como novas formas de organização do trabalho, para garantir um rendimento maior no meio rural diminuindo o êxodo e a pobreza rural. Bezerra e SCHLINDWEIN (2017) complementa que a renda de outra atividade serve para a manutenção das famílias no campo, bem como sua participação na produção de alimentos para a geração de renda e também para o consumo familiar.

Segundo Caldas e Anjos (2007), os benefícios previdenciários para os agricultores considerados segurados especiais da previdência representam um ótimo mecanismo de permanência das pessoas no campo e, ao mesmo tempo, este benefício não representa apenas a manutenção do agricultor ou da agricultora, mas um mecanismo de sustentação material de outros membros da família, que momentaneamente estão sem nenhuma renda e, também, pode estar financiando indiretamente as atividades produtivas, em lugar de servirem de instrumento exclusivo de sobrevivência das pessoas. E, segundo este autor, sem dúvidas, trata-se de um instrumento efetivo de combate à pobreza rural.

A agricultura no município de Candelária é bastante diversificada (figura 7),

sendo que podemos observar um grande aumento da área cultivada com soja, que, em 2004, era de pouco mais de 13 mil hectares e que vem crescendo linearmente, até que, em 2022, chega a quase 20 mil hectares cultivados. Já o cultivo de tabaco e de milho tiveram decréscimos em suas áreas cultivadas. Em 2004, as duas culturas tinham áreas de mais de 10 mil hectares, que foram diminuindo linearmente, até que, em 2022, chegaram a pouco mais da metade, apenas 5 mil hectares cada uma. Já a área cultivada com arroz manteve-se estável em aproximadamente 9 mil hectares até o ano de 2018, quando começou a diminuir, chegando a pouco mais de 6 mil hectares, o que pode estar relacionado ao avanço do cultivo de soja nas áreas de várzea.

Figura 7. Variação comparativa das áreas cultivadas com as principais culturas agrícolas no município de Candelária/RS, de 2004 a 2022.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados obtidos do IBGE CIDADES.

A cultura da soja teve uma grande expansão em todo o Brasil e faz parte do conjunto de atividades agrícolas com maior destaque no mercado mundial, ao mesmo tempo que houve um aumento da oferta de tecnologias de produção para a cultura da soja, como o desenvolvimento de cultivares resistentes a doenças e a herbicidas e, ao mesmo tempo, a mecanização da produção permitiram ampliar significativamente a área e a produtividade da lavoura de soja (HIRAKURI e LAZZAROTO, 2014).

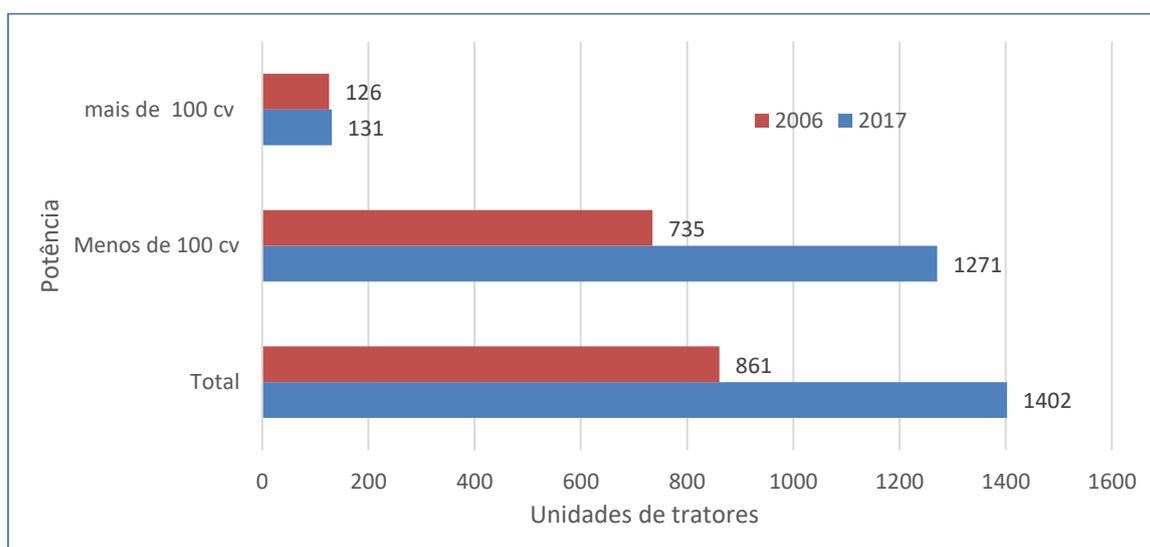
Segundo Bonato (2018), a cultura do tabaco é uma atividade que demanda muita mão de obra, sendo geralmente utilizada a mão de obra familiar em função do alto custo da mão de obra contratada e das pressões do Ministério Público do Trabalho

pela formalização das contratações. Também, devido a idade mais avançada da população rural, vem diminuindo a área cultivada com tabaco no município e, a partir disto, os estabelecimentos estão migrando para o cultivo da soja, que notadamente é mais mecanizável e com menor necessidade de mão de obra, apesar da renda por área ser menor.

A área cultivada com o milho está bastante atrelada ao cultivo do tabaco, pois a maior área cultivada é na safrinha, na resteva do tabaco, prática comum em Candelária e em outros municípios que têm o tabaco como principal cultura (BARTZ, 2017). O que pode ser confirmado na Figura 7, onde a área de cultivo com milho vem decrescendo similarmente à área cultivada com tabaco.

Houve um aumento considerável na mecanização agrícola no município de Candelária, pois no censo agropecuário de 2006 foram contabilizados 816 tratores e, no censo de 2017, o número de tratores chegou a 1327 (figura 8), ou seja, um aumento de 62,7%, principalmente de tratores de pequeno porte até 100 cv.

Figura 8. Comparativo entre o número e a potência de tratores existentes no município de Candelária/RS nos censos agropecuários 2006 e 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados obtidos do IBGE - SIDRA 2006 e 2017.

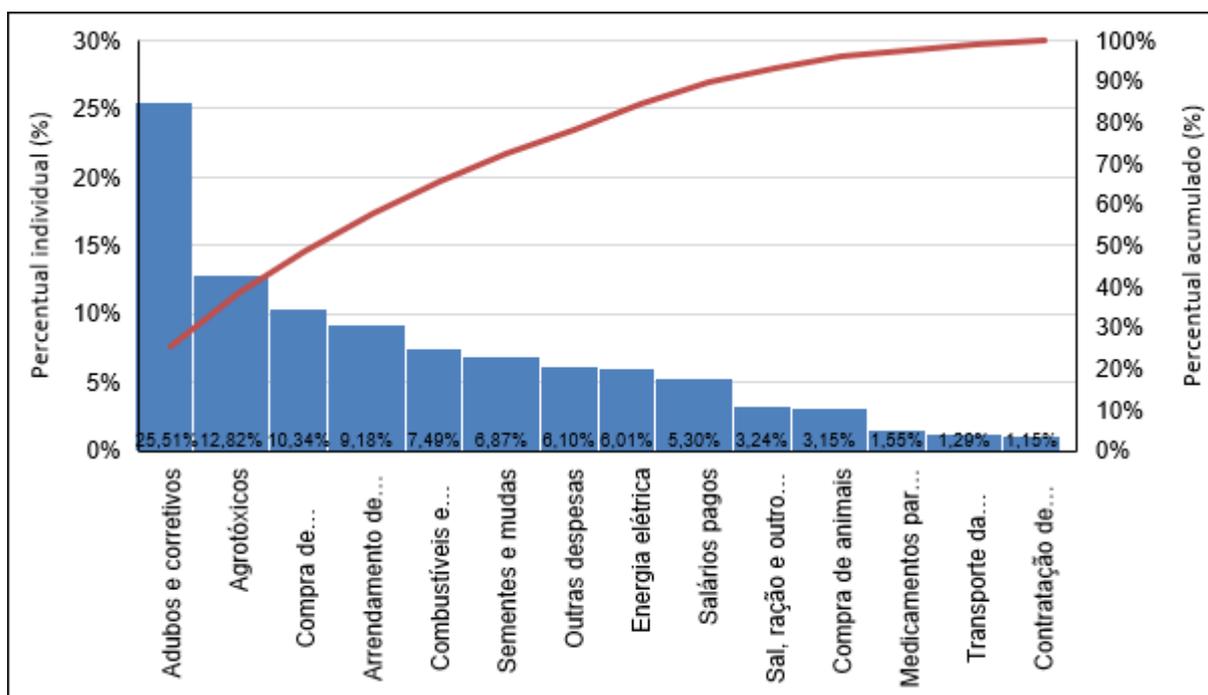
Segundo Melo et al. (2011), o processo de modernização agrícola do Brasil está relacionado à disponibilidade de recursos para o seu financiamento. Nesse aspecto, a política de crédito agrícola como o Programa Moderfrota (Modernização da Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas) e o Programa Pronaf Mais Alimentos tem desempenhado um papel de grande relevância, permitindo aos agricultores

adquirirem seus equipamentos com baixas taxas de juros e alguns anos para pagar.

A introdução de máquinas no sistema de produção agrícola pode ser um agente multiplicador do trabalho do homem, sendo que o mercado oferece máquinas e implementos com tecnologia avançada, dotados de sistemas de controle e instrumentação eletrônica, além de itens de segurança e conforto que facilitam a execução das operações agrícolas, melhorando assim a qualidade de vida do trabalhador (BALESTRA et al., 2014).

Ao mesmo tempo é importante lembrar que ainda existe uma carência de equipamentos para o uso em pequenas propriedades o que ainda é um desafio para a agricultura familiar que muitas vezes tem que adaptar ou inventar equipamentos para a sua realidade que segundo Mengel et al., (2020), os agricultores familiares têm clareza sobre os objetivos de sua atividade socioeconômica, ao mesmo tempo em que desenvolvem cada uma das tarefas existentes em sua unidade produtiva. Tal característica permite que o agricultor familiar identifique os problemas de cada processo e pense maneiras de solucioná-lo, seja modificando um método produtivo ou criando uma nova máquina ou equipamento.

Figura 9. Caracterização das despesas realizadas nos estabelecimentos do município de Candelária/RS a partir de dados do censo agropecuário 2017.



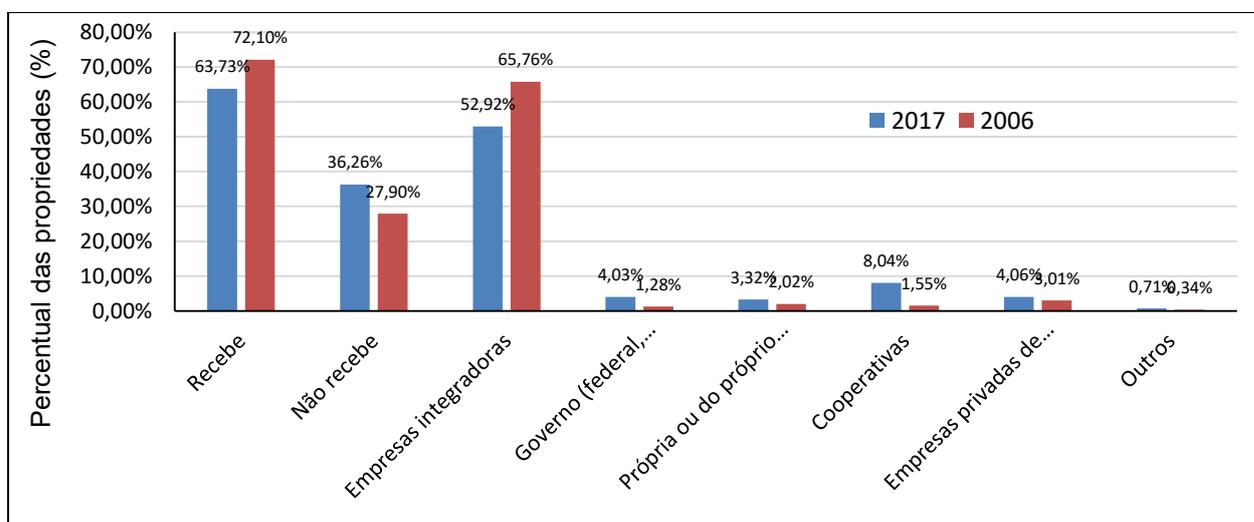
Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados obtidos do IBGE - SIDRA 2017.

Portanto, é importante se observar os itens alocados para a produção e a receita de cada cultura e optar pela melhor alternativa no momento da aquisição dos insumos ou na escolha de determinados serviços. Assim, a análise dos custos em propriedades rurais deve-se pela utilidade da informação para a tomada de decisão gerencial, a fim de identificar a rentabilidade das atividades agrícolas (ARTUZO et al., 2017).

O gerenciamento do empreendimento rural é uma importante ferramenta para alcançar resultados de produção e de produtividade que garantam o sucesso do empreendimento. Utilizando as tecnologias disponíveis, avaliando a viabilidade de seu uso e a possibilidade de obtenção de rendimentos adicionais, deve-se diluir custos e economizar insumos (CREPALDI, 2006).

O município de Candelária teve um decréscimo nas propriedades rurais e, ao mesmo tempo, também um decréscimo nos estabelecimentos rurais que recebem assistência técnica (figura 10). No censo agropecuário de 2006, os estabelecimentos que recebiam assistência técnica eram 72,10% e, em 2017, foram apenas 63,73%. Segundo o censo agropecuário de 2017, dos estabelecimentos rurais do município que receberam assistência técnica 65,76% foi realizada por empresas integradoras, que se trata principalmente das empresas do setor do tabaco e algumas propriedades produtoras de leite receberam a assistência dos laticínios da região.

Figura 10. Quantidade e origem da assistência técnica dos estabelecimentos rurais do município de Candelária/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados obtidos do IBGE -SIDRA 2006 e 2017.

Vale ressaltar que poucos estabelecimentos têm assistência técnica pública gratuita que apesar de ser pequena perante o número de propriedades quase triplicou no período saiu de 1,28 % para 4,03%. A assistência técnica própria do produtor também vem aumentando este pode ser pelo fato do aumento da disponibilidade de cursos técnicos profissionalizantes na região ao mesmo tempo a assistência de cooperativas também tem aumentado significativamente saiu de 1,55 % para 8,04% o que demonstra o aumento do cooperativismo na região principalmente no setor de produção de grãos. A assistência de empresas de assistência técnica também tem aumentado no período. E como a área cultivada com tabaco vem declinando e ao mesmo tempo a assistência técnica das empresas integradoras também vem diminuindo.

Segundo Silva (2016), a assistência técnica e extensão rural é um meio de difusão tecnológica e fomento à profissionalização dos agricultores familiares, dando orientação na adoção de tecnologias para o uso mais adequado dos recursos naturais, do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e eficiência produtiva e, com isso, gerar aumento de renda e maior qualidade de vida aos agricultores. Este assunto tem várias prerrogativas no cenário brasileiro, sendo que a assistência técnica pública em alguns governos foi fortalecida e, em outros, foi praticamente extinta. A partir disto, fez-se necessária a contratação de assistência técnica privada pelos agricultores ou pelas empresas integradoras para garantir produtos mais padronizados e de melhor qualidade.

Observa-se que grande parte dos agricultores possui um amplo conhecimento empírico sobre a gestão de suas propriedades, mas falta-lhes o conhecimento técnico, que pode ser um forte aliado em sua manutenção no meio rural (TATSCH e DEPONTI, 2020).

Segundo Rocha JUNIOR et al. (2014), a assistência técnica resulta em renda aos agricultores e, conseqüentemente, a geração de impostos que, na maioria das vezes, é superior aos gastos pelo governo com sua implantação, demonstrando forte indício da viabilidade da expansão da assistência técnica, ao mesmo tempo que evidencia a efetividade das ações de assistência técnica enquanto instrumento de geração de renda.

O conhecimento tornou-se a principal ferramenta para a obtenção de elevados níveis de produção e de produtividade na agricultura. A assistência técnica é à

principal forma de difusão de tecnologias, importante aliado na gestão, administração e planejamento das atividades rurais, preservando e recuperando os recursos naturais disponíveis. Seus objetivos são desenvolver o produtor rural, contribuir na solução de problemas, aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar condições de produção, preservar recursos, gerar maior lucratividade, repassar novas tecnologias e procedimentos de boas práticas (SENAR, 2018).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do perfil dos estabelecimentos rurais do município de Candelária mostra profundas transformações, com redução no número de propriedades e aumento na área média dos estabelecimentos, bem como a tendência de maior mecanização das propriedades com a aquisição de tratores e máquinas.

A partir disto pode se perceber que o município de candelária ainda possui uma grande população rural e um grande número de propriedades rurais, cultivando cerca de 42.818 hectares, sendo que 44,4% desta área está sendo cultivada com soja, 20,3%, com arroz, 16,8% com tabaco e 15,3% com milho. Além disso, o município possui um rebanho de 32.500 cabeças de bovinos, 2.784 ovinos, 158.000 galináceos e 19.189 suínos.

A presença das mulheres como empreendedoras do campo, apesar de ter crescido desde o último censo, ainda precisa crescer a ponto de deixar o perfil do produtor rural mais igualitário.

Mais de 93% dos estabelecimentos rurais do município podem ser enquadrados como de agricultura familiar, e destes todos acessam crédito da linha Pronaf, o demonstra que os agricultores familiares de Candelária vêm investindo na modernização das propriedades, tanto na utilização de insumos, quanto na aquisição de máquinas.

Diante dos resultados, verifica-se que deve ser trabalhada no município de Candelária a sucessão familiar dos estabelecimentos rurais e a implantação de iniciativas que promovam a assistência técnica contínua e gratuita aos estabelecimentos, principalmente por parte da esfera pública, de forma que possamos ter uma agricultura e propriedades longevas e prósperas, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Brasília: Fipe/ Ipea, 1999.
- ALMEIDA, A. F. C. S., PERIN, G., POLICARPO, M. A.; SAMBUICHI, R. H. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): um caso de Big Push Ambiental para a sustentabilidade no Brasil. In Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Repositório de casos sobre o big push para a Sustentabilidade no Brasil Brasília, DF: 2020. Disponível em : <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso92-OProgramadeAquisicaoedeAlimentos.pdf> acesso em 15 de novembro de 2023
- AQUINO, J. R; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas dedesenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015
- ARTUZO, F.D; FOGUESATTO, C.F; SOUZA, A.R; SILVA, L.X, D. Gestão de custos na produção de milho e soja. Revista Brasileira de Gestão de Negócios julho de 2017. disponível em : <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/H8Kzjc6pBy6n4FMTKHHTRnp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 de novembro de 2023.
- ATLAS BRASIL. População e indicadores. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/430420#sec-demografia>. Acesso em 29 setembro 2023.
- BALESTRA, M. R. G; MACKMILL, L. B; ABREU, M. D. D; BERNARDY, R; MASSOCO, D. B; REIS, A. V. A mecanização da agricultura familiar: uma abordagem sobre ergonomia e segurança. disponível em : [https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2014/EN\\_02558.pdf](https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2014/EN_02558.pdf). Acesso em 15 de novembro de 2023
- BALSAN, R; Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira campo-território. Revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <file:///D:/Usu%C3%A1rios/USER/Downloads/admin,+0611787-43723-1-PB6C.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2023.
- BARROS, G.S.C.; CASTRO, N.R.; GILIO, L.; SOUZA JUNIOR, M.L.; MORAIS, A.C.P.; ALMEIDA, A.N. Mulheres no Agronegócio. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) Piracicaba, v.1, n.1, 2018. Disponível em : [https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro\\_FINA L\(3\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_FINA L(3).pdf) acesso em 29 de novembro de 2023..
- BARTZ, L. S. Introdução da mecanização no cultivo de fumo em São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul. Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180245/001066184.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 de novembro de 2023.
- BASTOS, C. KELLER, V. Aprendendo a aprender: Introdução à metodologia científica. Editora Vozes, 12 ed. Petrópolis, RJ. 1999.
- BEZERRA, G. J; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. Interações, Campo

Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/rbSvyMDjy8vWQq8KPmwXCMd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

BIANCHINI, V.; BAZOTTI, A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2017: Brasil e Paraná. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/6682>. Acesso em 16 de outubro de 2023.

BITTENCOURT, J. M. V. Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no Município de Guaíba. Dissertação [Mestrado em Educação]. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8892/000590395.pdf> acesso em 28 de novembro de 2023.

BONATO, A. A. Perfil da produção de tabaco e da agricultura familiar beneficiária da chamada pública de ater 06/2013, nos três estados da Região Sul. OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde, 2018. Disponível em : [https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/perfil\\_da\\_producao\\_de\\_tabaco\\_e\\_da\\_agricultura\\_familiar\\_beneficiaria\\_da\\_chamada\\_publica\\_de\\_ater\\_06\\_2013\\_nos\\_tres\\_estados\\_do\\_regiao\\_sul.pdf](https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/perfil_da_producao_de_tabaco_e_da_agricultura_familiar_beneficiaria_da_chamada_publica_de_ater_06_2013_nos_tres_estados_do_regiao_sul.pdf). Acesso em 16 de novembro de 2023.

BORGES, R. L. A. SILVA, L. O tabaco no Rio Grande do Sul: análise da cadeia agroindustrial e dos possíveis impactos das políticas derivadas da Convenção-Quadro para o controle do Tabaco sobre a economia fumageira. 2011. Disponível

BRACAGIOLI, Alberto. Métodos participativos na extensão rural: processos e práticas. In: CONTERATO, Marcelo Antonio; RODOMSKY, G. F.W.; SCHNEIDER, S.(Org.). Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas. 1. V. Porto Alegre: UFRGS, 2014. P. 281-296

BRASIL. Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3991.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3991.htm). Acesso em 29 de novembro de 2023

BRASIL. Governo Federal publica requisitos e procedimentos para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Disponível em: [www.encyclopedia.com.br/ksEU0](http://www.encyclopedia.com.br/ksEU0)>. Acesso em 16 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm) Acesso em 28 de novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm). Acesso em 15 de dezembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica disponível em : [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm) .Acesso em 28 de novembro de 2023.

BRIZZOLLA, M. M. M. REUTERS, M. B.; CHAPOVAL NETO, A.; KRAWSZUK, G. L.; BERLEZI, M. Sucessão familiar em propriedades rurais. Pesquisa, Sociedade e

Desenvolvimento, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e9169109408, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9408. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9408>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CALDAS, N. V; ANJOS, F. S. Agricultura familiar e previdência social envelhecendo na pobreza? Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 131-158, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/86620/1/Agricultura-familiar-e-previdencia.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CENSO AGRO. Manual do Recenseador 2017. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/6c44aa115ea21f3d87723af72526b980.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/6c44aa115ea21f3d87723af72526b980.pdf) acesso em 15 de dezembro de 2023

CEPEA. Mulheres no agronegócio. 2018. Disponível em [https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro\\_FINAL.pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_FINAL.pdf). Acesso em 10 de novembro de 2023.

CREPALDI, S.A. Contabilidade rural: uma abordagem decisória. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: <file:///D:/Usu%C3%A1rios/USER/Downloads/contabilidade-de-agronegocio.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Decreto federal nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3991.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3991.htm). Acesso em 10 de novembro de 2023.

em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34816/000781350.pdf?sequence=1>>. Acesso em 21 nov. 2023

EMBRAPA. Agricultura familiar, espaço temático, cenário do censo agropecuário 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

GALLAS, J. C.; GHEDINE, T.; GONÇALO, C. R.; ROSSETTO, A. M. O Papel dos Ativos Territoriais e da Inovação no Desenvolvimento de Cidades Criativas. Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, ano 16 . n. 43, p.113-146 abr./jun.2018.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. Políticas públicas de desenvolvimentorural no Brasil. GRISA, C. SCHNEIDER, S. (Org). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C; JUNIOR, V.J.W; BUCHWEITZ, V.D; Revisitando o PRONAF. velhos questionamentos, novas interpretações. rev. econ. sociol. rural 52 (2) • jun 2014.disponivel em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/FfGVnNCzjyTK6JgDCrqFfGg/#> acesso em 29 de novembro de 2023.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HILSINGER, R. O território do tabaco no Sul do Rio Grande do Sul diante da Convenção Quadro para o controle do tabaco. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação emGeografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2016, 223 p. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148765/>>. Acesso em: 15 dezembro. 2023

HIRAKURI, M. H; LAZZAROTO, J. J. O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Londrina: Embrapa Soja, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/104753/1/O-agronegocio-da-soja-nos-contextos-mundial-e-brasileiro.pdf> Acesso em

12 de novembro de 2023.

IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Informações Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006>. acesso em 20 de outubro de 2023.

IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Informações Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. acesso em 20 de outubro de 2023.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. Cidades: censo agropecuario, Lavouras temporarias disponivel em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/candelaria/pesquisa/24/76693> acesso em 25 de setembro de 2023.

IBGE. Cidades: História. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/Candelária/histórico>. Acesso em 21 setembro 2023.

IBGE. Por que fazer o censo agro 2017. disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/sobre-censo-agro-2017/censo-agro-2017-por-que-fazer.htm>. acesso em 23 de setembro de 2023.

JAHN, E. de F. Envelhecimento do campo e o movimento de mulheres camponesas: desafios e perspectivas. Revista Grifos, Chapecó, n. 34/35, p. 113-131, 2013.

LAMAS, F. M. Equilíbrio entre processos e produtos. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62519389/artigo---agricultura--equilibrio-entre-processos-e-produtos>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

LISZBINSKI, B. B; BRIZOLLA, M. M. B; PATIAS, T. Z. Produção de soja: perspectivas sociais e ambientais a partir do olhar do produtor, Geosul, Florianópolis, v. 36, n. 79, p.347-371, mai./ago. 2021. Disponível em : <file:///D:/Usu%C3%A1rios/USER/Downloads/74515-Texto%20do%20Artigo-307064-1-10-20210817.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: Buiainain, A. M. et al. (Org.). O mundo rural no Brasil do século 21. 1. ed., Brasília: Embrapa, 2014. p. 1.081-1.099.

MAIA, A.H; SANT'ANA, A.L.; SILVA, F.C. Políticas públicas de acesso à terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina MT/ artigo • rev. econ. sociol. rural 56 (2) • apr-jun 2018 • disponível em : <https://www.scielo.br/j/resr/a/kH4ff6ryBgBJ38ztM37Q6yq/?format=html&lang=pt#>. Acesso em 29 de novembro de 2023

MALYSZ, P. A; CHIES, C. A importância do PRONAF na permanência do agricultor familiar no campo. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia-MG Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em : [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1395\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf). Acesso em 10 de novembro de 2023.

MELO, M. H.; NAGAOKA, A. K; VIEIRA, F. C. Influência do crédito agrícola e das novas tendências tecnológicas na comercialização de tratores de rodas no Brasil. Revista de Ciências Agro veterinárias. Lages, v.11, n.1, p. 70-76, 2011. Disponível em: <file:///D:/Usu%C3%A1rios/USER/Downloads/editorinchief,+9Melo+et+al..pdf> Acesso em 10 de novembro de 2023.

MIRANDA.F. Resíduo rural e educação ambiental: entre práticas e representações sociais no município de são joão evangelista/mg. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,

Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola./ Biblioteca Central / Divisão de Processamentos ano de 2012 Técnicos.Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/3622/2/2012%20-%20Frederico%20Miranda.pdf> .Acesso em 29 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, T. C.; ABRANCHES, M. V.; LANA, R. M. (In) Segurança alimentar no contexto da pandemia por Sars-CoV-2. *Espaço temático: Covid-19 - contribuições da saúde coletiva*, 36(4), 1-6, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/TBP3jQfHtrcNpYJ4zQvXzQk/> Acesso em 29 de novembro de 2023.

PERA,C.K.L;BUENO,L.M.M. Revendo o uso de dados do IBGE para pesquisa e planejamento territorial: reflexões quanto à classificação da situação urbana e rural. dossiê: planejamento urbano e regional: percursos e desafios • cad. metrópole 18 (37) setembro de 2016 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3705> acesso em 12 de dezembro de 2023.

PESAVENTO, S. J. História do Rio Grande do Sul. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

Ribeiro, P. A. M., Maertin, H. E., Steinhaus, R., Heuser, L., & Baumhardt, G. (2018). A Redução Jesuítica de Jesus-Maria, Candelária, Rio Grande do Sul - Nota Prévia. *Revista Do CEPA*, 4(4). Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepa/article/view/12530> acesso em 19 outubro de 2023.

ROCHA JUNIOR, A. B.; SILVA, R. O.; PETERLE NETO, W.; RODRIGUES, C. T. Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58 (2), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/CfXmjHCNPF5xYpL8mrKwwss/>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

ROVER,O.J.;MUNARINI,P.R.; A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar *Rev. Katál. Florianópolis* v. 13 n. 2 p. 260-269 jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6gJry6jFnGV3vnGCTRBQb3Q/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 29 de novembro de 2023.

SAQUET, M.; BRISKIEVICZ; M. Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, nº 31, vol. 1, p. 3-16, 2009.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

SENAR. Conhecimento e assistência técnica. 2018. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/conhecimento-e-assistencia-tecnica>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

SILVA, R. O. P. Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história, análise e indicadores do agronegócio. V. 11, n. 5, maio 2016. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-33-2016.pdf> Acesso em 10 de novembro de 2023.

SIMON, E. L. Culinária regional: história, saberes e identidade regional no Vale do Rio Pardo/RS - Brasil dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/bitstream/11624/779/1/EvertonSimon.pdf>. Acesso em 21 setembro 2023.

SOUZA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre

a última década. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/ea/v30\\_n87/0103-4014-ea-30-87-00123.pdf](https://www.scielo.br/pdf/ea/v30_n87/0103-4014-ea-30-87-00123.pdf)>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

STUANI, C.; NECKEL, A.; FICAGNA, A. V. O. Jovens herdeiros: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá. Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas. Passo Fundo, 2016, Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/335.pdf> aceso em 12 de novembro de 2023

TATSCH, R.; DEPONTI, C. M. Gestão rural e agência: um estudo dos orizicultores da região do Vale do Rio Pardo-RS. Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 17, n. 2, abr./jun. 2020. Disponível em: <file:///D:/Usu%C3%A1rios/USER/Downloads/1662-Texto%20do%20Artigo-4192-1-10-20200401.pdf>. Aceso em 12 de novembro de 2023

VEIGA, J. E; FAVARETO, A; AZEVEDO, C. M. A; BITTENCOURT, G; VECCHIATTI, K; MAGALHÃES R; JORGE, R. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento , Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001. disponível em : <file:///D:/Usu%C3%A1rios/USER/Downloads/t1d00125-1.pdf> Acesso em 16 de outubro de 2023.

VIEIRA, E. P; BRIZOLLA, M. M. Controle de custos: ferramenta para gestão na atividade agrícola. XIV Congresso Brasileiro de Custos, João Pessoa – PB, Brasil, 06 a 07 de dezembro de 2007. Disponível em: [file:///D:/Usu%C3%A1rios/USER/Downloads/cbc,+XIVCongresso\\_artigo\\_0154.pdf](file:///D:/Usu%C3%A1rios/USER/Downloads/cbc,+XIVCongresso_artigo_0154.pdf). Aceso em 12 de novembro de 2023

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: Tedesco, J.C. (Org.). Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. 405p.

WAQUIL, P. et al. Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: a ressignificação de uma categoria social. In: WAQUIL, P. et al. (Org.). Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WAQUIL, P.; SCHNEIDER, S.; FILIPPI, E.; RÜCKERT, A.; RAMBO, A.; RADOMSKY, G.; CONTERATO, M.; SPECHT, S. Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil. Redes, 15 (1), 104-127, 2010.

WEISHEIMER N. Jovens agricultores familiares no Rio Grande do Sul: Relatório técnico de caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Convênio MDA/FAURGS N. 109 /2006. Porto Alegre: IFCH/UFRGS/FAURGS, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15908/000693991.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2023.